

BC tem “centenas” de estudos

O Banco Central ainda não definiu qual será o projeto final que irá lançar as novas regras para a conversão da dívida externa em investimento. O diretor da área externa do BC, Carlos Eduardo de Freitas, deixou bem claro ontem, em almoço com empresários brasileiros e estrangeiros, no Clube Americano, no Rio de Janeiro, que estão circulando no BC várias simulações de projetos, resultados de centenas de estudos já preparados pelos técnicos do órgão.

Quanto às novidades anunciadas pela imprensa ontem, dando como certa a criação de um bônus para conversão dos juros em investimentos, e no limite de 50% dos recursos da conversão para a compra de empresas brasileiras, o diretor da área externa do BC foi muito claro:

— Estas possibilidades jamais chegaram a ser estudadas.

Carlos Eduardo Freitas, referindo-se ao projeto em parte publicado na imprensa, disse que se trata apenas de “um

ancestral de projeto que se está estudando”. O diretor do BC lamentou que este tema — conversão da dívida externa — esteja sendo tratado de forma distorcida.

De concreto, até agora, só existiriam alguns pontos principais do projeto de conversão da dívida. A mudança principal é que, a partir das novas regras, o BC procurará saber todos os detalhes sobre como os recursos relativos à conversão serão investidos no País. Os bancos credores poderão negociar suas dívidas com outras instituições financeiras, que passariam a ter o direito de converter este débito.

Ele explicou que há duas possibilidades que poderão até ser aprovadas em conjunto: a primeira seria o próprio governo adquirir os títulos por um valor menor do que realmente valem, com deságio; enquanto a outra seria o setor privado incorporar este deságio. Esta idéia do BC é de realizar leilões, que poderiam vir a ser feitos nas Bolsas de

Valores com pontuações diferentes para cada projeto. “Um investimento que fosse destinado à exportação ou em uma região prioritária, receberá uma pontuação maior, enquanto outros, que não sejam em áreas e setores considerados prioritários pelo Governo, receberão menos pontos.

As regras sobre que investimentos serão prioritários deverão sair junto com o novo projeto. Freitas explicou ainda que nunca pensou em limitar em 50% a aplicação dos recursos vindos da conversão da dívida na compra de empresas brasileiras, isso ainda dependerá das análises técnicas finais.

No entanto, já está definido que o BC não deseja que os recursos provenientes da conversão de dívida sejam utilizados para adquirir o controle de uma empresa nacional, nem para incentivar a remessa de dividendos destes investimentos.